



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Concurso Público

001. PROVA OBJETIVA
(1.ª ETAPA)

Versão 1

ADVOGADO

INSTRUÇÕES

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 100 questões objetivas.
- Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas e 30 minutos do início da prova.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Analise a propaganda do programa 5inco Minutos.



(www.folha.uol.com.br)

Em norma-padrão da língua portuguesa, a frase da propaganda, adaptada, assume a seguinte redação:

- (A) 5INCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não matem-na porisso.
 - (B) 5INCO MINUTOS: as vezes, dura mais, mas não matem-na por isso.
 - (C) 5INCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não a matem por isso.
 - (D) 5INCO MINUTOS: as vezes, dura mais, mas não lhe matem por isso.
 - (E) 5INCO MINUTOS: às vezes, dura mais, mas não a matem porisso.
02. Falha no Facebook _____ dados de 6 milhões de usuários. Números de telefone e *e-mails* de parte dos usuários do *site* _____ para *download* a partir da ferramenta “Baixe uma cópia dos seus dados”, presente na seção “Geral” da categoria “Privacidade”, sem o consentimento dos cadastrados da rede social.

(<http://veja.abril.com.br>, 21.06.2013. Adaptado)

Em norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com

- (A) expõe ... estava disponível
- (B) expõe ... estavam disponíveis
- (C) expõem ... estavam disponível
- (D) expõem ... estava disponível
- (E) expõem ... estava disponíveis

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 05.

Metrópoles desenvolvidas arcam com parte do custo do transporte público. Fazem-no não só por populismo dos políticos locais mas também para imprimir mais eficiência ao sistema. E, se a discussão se dá em termos de definir o nível ideal de subsídio, a gratuidade deixa de ser um delírio para tornar-se a posição mais extrema num leque de possibilidades.

Sou contra a tarifa zero, porque ela traz uma outra classe de problemas que já foi bem analisada pelo pessoal da teoria dos jogos: se não houver pagamento individual, aumenta a tendência de as pessoas usarem ônibus até para andar de uma esquina a outra, o que é ruim para o sistema e para a saúde.

Para complicar mais, vale lembrar que a discussão surge no contexto de prefeituras com orçamentos apertados e áreas ainda mais prioritárias como educação e saúde para atender.

(Hélio Schwartzman, Tarifa zero, um delírio? *Folha de S.Paulo*, 21.06.2013. Adaptado)

03. O autor se diz contrário à tarifa zero, porque

- (A) o uso indiscriminado dos ônibus poderia comprometer o atual modal de transporte urbano.
- (B) a qualidade do sistema de transporte urbano requer ínfimos investimentos para funcionar.
- (C) a população pode querer tarifas zero em outros serviços públicos essenciais.
- (D) o pagamento individual aumenta a tendência de as pessoas usarem o transporte urbano.
- (E) a redução na tarifa implicaria melhoria no sistema de transportes e prejuízos à saúde.

04. A ideia central do texto pode ser sintetizada da seguinte forma, em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa:

- (A) Daqui à pouco teremos à passagem gratuita.
- (B) Não existe condições de se implantar a passagem gratuita.
- (C) É necessário a implementação da passagem gratuita.
- (D) O povo prefere mais passagem paga que gratuita.
- (E) A passagem barata é preferível à gratuita.

05. Quanto aos sentidos que encerra, o período – Fazem-no não só por populismo dos políticos locais mas também para imprimir mais eficiência ao sistema. – equivale a

- (A) Fazem-no por populismo dos políticos locais e também para imprimir mais eficiência ao sistema.
- (B) Fazem-no por populismo dos políticos locais embora apenas para imprimir mais eficiência ao sistema.
- (C) Fazem-no por populismo dos políticos locais, portanto ainda para imprimir mais eficiência ao sistema.
- (D) Fazem-no não por populismo dos políticos locais, porém só para imprimir mais eficiência ao sistema.
- (E) Fazem-no não por populismo dos políticos locais, todavia para imprimir mais eficiência ao sistema.

Leia o texto para responder às questões de números 06 a 08.

Um falso dilema tomou conta do mercado brasileiro de trabalho diante da escalada sistemática de oferta de vagas e ausência de candidatos para preenchê-las. Importar ou não mão de obra de fora, eis a questão. Gastaram-se horas em debates e movimentos de resistência contra uma alternativa que parece inevitável. O caso da contratação de seis mil médicos estrangeiros para distribuí-los por regiões mais remotas do Brasil gerou uma celeuma sem-fim sobre a qualidade da formação desses candidatos, necessidade de testes adicionais de conhecimento, dificuldades com a língua etc. E no “deixa disso” esqueceu-se de abordar o básico: como resolver o problema do apagão de profissionais qualificados, em vários níveis de ensino, inclusive o técnico, que está prejudicando o desenvolvimento adequado da produção nacional?

(www.istoedinheiro.com.br, 24.05.2013. Adaptado)

06. Em sua argumentação sobre a contratação de mão de obra estrangeira, o autor deixa claro que

- (A) a preocupação com a contratação dos médicos estrangeiros soma-se à de profissionais qualificados em vários níveis de ensino, inclusive o técnico, necessários à produção nacional.
- (B) a dispersão decorrente dos debates sobre a questão deixa de considerar questões mais diretas, como, por exemplo, a qualidade da formação desses candidatos estrangeiros.
- (C) a falta de profissionais qualificados afeta diversos segmentos da economia brasileira e, em muitos casos, a importação de mão de obra estrangeira é uma saída necessária.
- (D) o problema com a falta de mão de obra qualificada está localizado nas regiões remotas do Brasil, razão pela qual não se justifica a celeuma sem-fim sobre a questão.
- (E) a ênfase na questão dos profissionais estrangeiros lança luzes sobre a questão da educação brasileira e sua responsabilidade na formação de profissionais qualificados.

07. O termo **dilema**, no início do texto, é sinônimo de

- (A) certeza.
- (B) paradoxo.
- (C) parcialidade.
- (D) contundência.
- (E) indecisão.

08. Na passagem – ... e ausência de candidatos para preenchê-las. –, substituindo-se o verbo **preencher** por **concorrer** e atendendo-se à norma-padrão, obtêm-se:

- (A) ... e ausência de candidatos para concorrer a elas.
- (B) ... e ausência de candidatos para concorrer à elas.
- (C) ... e ausência de candidatos para concorrer-lhes.
- (D) ... e ausência de candidatos para concorrê-las.
- (E) ... e ausência de candidatos para lhes concorrer.

Leia o texto para responder às questões de números 09 e 10.

A indústria deu o alerta. Nos próximos três anos, o Brasil vai precisar de mais de sete milhões de profissionais de nível técnico para suprir a demanda do mercado, conforme mostrou o Mapa do Emprego na Indústria 2012, da Confederação Nacional das Indústrias (CNI). **Enquanto** sobram candidatos com formação superior generalista, faltam técnicos e tecnólogos especializados. Segundo analistas, não _____ que será preciso equilibrar essa equação **para** evitar um colapso em setores importantes da economia por falta de profissionais qualificados.

(Gazeta do Povo, 17.10.2012. Adaptado)

09. Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa e com o sentido do texto, a lacuna neste presente deve ser preenchida com

- (A) existe indícios
- (B) se questionam de
- (C) é provável
- (D) há dúvidas de
- (E) se vê incerteza

10. Os termos **Enquanto** e **para**, em destaque no texto, estabelecem, respectivamente entre as orações, relações de

- (A) proporção e finalidade.
- (B) tempo e finalidade.
- (C) tempo e consequência.
- (D) comparação e causa.
- (E) proporção e comparação.

11. Leia os quadrinhos.



(Folha de S.Paulo, 22.06.2013. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas dos quadrinhos devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) tem ... são
- (B) possuem ... vem
- (C) têm ... vêm
- (D) têm ... vem
- (E) possui ... vêm

Leia o texto para responder às questões de números 12 a 16.

Conselho dado por alguém que entende muito de ganhar dinheiro, Warren Buffett, um dos homens mais ricos do mundo: “Ouça alguém que discorda _____ você”. No início de maio, Buffett convidou um sujeito chamado Doug Kass para participar de um dos painéis que _____ a reunião anual de investidores de sua empresa, a Berkshire Hathaway.

Como executivo de um fundo de hedge, ele havia apostado contra as ações da Berkshire. Buffett queria entender o _____. Kass foi o chato escolhido para alertá-lo sobre eventuais erros que ninguém havia enxergado.

Buffett conhece o valor desse tipo de pessoa. O chato é o sujeito que ainda acha que as perguntas simples são o melhor caminho para chegar às melhores respostas. Ele não tem medo.

(Cláudia Vassalo, O chato é um chato, mas é essencial nos negócios. Em: <http://exame.abril.com.br>, 29.05.2013. Adaptado)

12. Em norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) de ... compôs ... por que
- (B) com ... compôs ... por quê
- (C) com ... compuseram ... por que
- (D) ante ... comporam ... porque
- (E) de ... compuseram ... porquê

13. De acordo com o texto, é correto afirmar que, no mundo financeiro, o chato tem o papel de

- (A) vislumbrar possibilidades ignoradas pelas outras pessoas.
- (B) visualizar a forma de ganhar mais, ludibriando os investidores.
- (C) blefar com as pessoas, pondo seus investimentos em risco.
- (D) tornar complexa a forma de analisar os investimentos.
- (E) jogar contra, para minar a credibilidade de pequenas empresas.

14. O texto revela o chato como um investidor

- (A) obtuso.
- (B) dissimulado.
- (C) intrépido.
- (D) reticente.
- (E) compulsivo.

Considere o período inicial do 2.º parágrafo para responder às questões de números 15 e 16:

Como executivo de um fundo de hedge, ele havia apostado contra as ações da Berkshire.

15. No contexto em que está empregada, a oração – ... ele havia apostado contra as ações da Berkshire. – pode ser corretamente substituída por

- (A) ... ele apostara contra as ações da Berkshire.
- (B) ... contra as ações da Berkshire foi apostado por ele.
- (C) ... as ações da Berkshire tinham sido apostadas por ele.
- (D) ... ele apostaria contra as ações da Berkshire.
- (E) ... ele teria apostado contra as ações da Berkshire.

16. A conjunção que inicia o período estabelece entre as orações relação de

- (A) condição.
- (B) causa.
- (C) consequência.
- (D) finalidade.
- (E) conformidade.

17. A Polícia Militar prendeu, nesta semana, um homem de 37 anos, acusado de _____ de drogas e _____ à avó de 74 anos de idade. Ele foi preso em _____ com uma pequena quantidade de drogas no bairro Irapuá II, em Florianópolis, após várias denúncias de vizinhos. De acordo com o Comandante do 3.º BPM, o acusado era conhecido na região pela atuação no crime.

(www.cidadeverde.com/florianopolis. Acesso em 23.06.2013. Adaptado)

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) tráfico ... mal-tratos ... flagrante
- (B) tráfico ... maltratos ... fragrante
- (C) tráfico ... maus-trato ... flagrante
- (D) tráfico ... maus-tratos ... flagrante
- (E) tráfico ... mau-trato ... fragrante

18. Analise a charge.



(www.chargeonline.com.br, acesso em 01.05.2013)

A leitura da charge indica

- (A) a falta de recursos legais para as autoridades coibirem os crimes ambientais.
- (B) a intensificação de combate aos crimes ambientais pelas autoridades.
- (C) a redução de campanhas de incentivo à preservação ambiental.
- (D) a legitimação dos crimes contra o meio ambiente na sociedade.
- (E) o recrudescimento da ameaça à natureza sem o devido combate legal.

Leia o texto para responder às questões de números 19 e 20.

Outro dia, meu pai veio me visitar e trouxe uma caixa de caquis, lá de Sorocaba. Eu os lavei, botei numa tigela na varanda e comemos um por um, num silêncio reverencial, nos olhando de vez em quando. Enquanto comia, eu pensava: Deus do céu, como caqui é bom! Caqui é maravilhoso! O que tenho feito eu desta curta vida, tão afastado dos caquis?!

Meus amigos e amigas e parentes queridos são como os caquis: nunca os encontro. Quando os encontro, relembro como é prazeroso vê-los, mas depois que vão embora me esqueço da revelação. Por que não os vejo sempre, toda semana, todos os dias desta curta vida?

Já sei: devem ficar escondidos de mim, guardados numa caixa, lá em Sorocaba.

(Antônio Prata, Apolpando. *Folha de S.Paulo*, 29.05.2013)

19. A oração – ... nunca os encontro. (2.º parágrafo) – assume, em voz passiva, a seguinte redação:

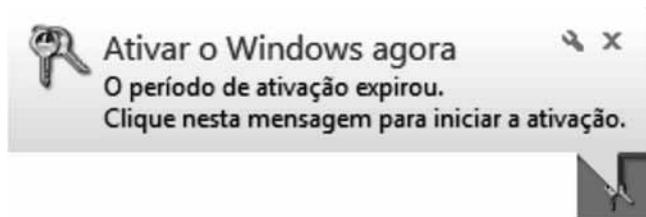
- (A) ... eu nunca encontro eles.
- (B) ... eles nunca têm sido encontrados por mim.
- (C) ... nunca se encontram eles.
- (D) ... eu nunca os tenho encontrado.
- (E) ... eles nunca são encontrados por mim.

20. Considerando o contexto, assinale a alternativa em que há termos empregados em sentido figurado.

- (A) Outro dia, meu pai veio me visitar... (1.º parágrafo)
- (B) ... e trouxe uma caixa de caquis, lá de Sorocaba. (1.º parágrafo)
- (C) ... devem ficar escondidos de mim, guardados numa caixa... (último parágrafo)
- (D) Enquanto comia, eu pensava... (1.º parágrafo)
- (E) ... botei numa tigela na varanda e comemos um por um... (1.º parágrafo)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

21. Observe a figura a seguir, exibida no MS Windows 7, em sua configuração padrão.



Assinale a alternativa correta, em relação à imagem exibida.

- (A) É necessário criar um usuário administrador no MS-Windows 7.
- (B) É necessário remover um vírus do computador.
- (C) O Painel de Controle do MS-Windows 7 não está instalado.
- (D) O Painel de Controle do MS-Windows 7 precisa ser configurado.
- (E) É necessário um procedimento em relação ao licenciamento do MS-Windows 7.

22. A tecla de atalho que aciona a opção para procurar texto num documento que está sendo editado no MS-Word 2010, em sua configuração padrão, é

- (A) CTRL + L.
- (B) CTRL + J.
- (C) CTRL + B.
- (D) CTRL + A.
- (E) CTRL + C.

23. Assinale a alternativa que contém o nome da Guia do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, que contém o ícone exibido a seguir, utilizado para trabalhar com restrições de acesso ao documento de texto que está sendo editado.



- (A) Exibição.
- (B) Inserir.
- (C) Revisão.
- (D) Arquivo.
- (E) Página Inicial.

24. A figura a seguir ilustra uma planilha que está sendo editada no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	2	10	6
2	1	5	8
3	4	2	9
4			

O valor obtido na célula B4 quando preenchida com a expressão =MÁXIMO(A1:C3)-MAIOR(A1:C3;2) será

- (A) 5
(B) 1
(C) 0
(D) 2
(E) 10
25. Assinale a alternativa que contém o nome do Grupo ao qual pertencem os ícones exibidos na imagem a seguir, retirada da Guia Dados do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.



- (A) Classificar Dados.
(B) Obter Dados.
(C) Estrutura de Dados.
(D) Filtrar Dados.
(E) Ferramentas de Dados.
26. Assinale a alternativa que indica corretamente a extensão padrão de arquivos do MS-Access 2010, em sua configuração padrão.
- (A) accdb.
(B) mdbx.
(C) access.
(D) mdb.
(E) pptx.

27. O tipo de objeto onde são armazenados os dados que são inseridos em um banco de dados do MS-Access 2010, em sua configuração padrão, é
- (A) formulário.
(B) consulta.
(C) macro.
(D) relatório.
(E) tabela.

28. Assinale a alternativa correta em relação à navegação anônima na Internet.

- (A) Um *software* do tipo *sniffer* deve ser utilizado para navegar anonimamente.
(B) Navegar por meio do Google Chrome garante anonimato automaticamente.
(C) Um *software* que utiliza a rede TOR permite navegar anonimamente na internet.
(D) O aplicativo MS-Outlook pode ser utilizado para navegar anonimamente.
(E) Anonimato só é possível em uma intranet.

29. Assinale a alternativa que indica o recurso de informática necessário para que um advogado possa enviar um *e-mail* com assinatura digital.

- (A) Conta em um provedor de internet particular.
(B) *E-mail* do Google.
(C) Assinatura escaneada e salva no computador.
(D) Anexar a assinatura escaneada ao corpo do *e-mail*.
(E) Certificado Digital.

30. Um usuário que queira melhorar a sua privacidade ao navegar pela internet observa o cadeado indicativo de segurança nos *browsers* como Google Chrome e Internet Explorer. Assinale a alternativa que contém o protocolo usado nessa situação, que é outro indicativo de navegação segura.

- (A) SMTP.
(B) HTTPS.
(C) ICQ.
(D) MSN.
(E) FTP.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

31. Em relação à desconcentração da atividade administrativa, assinale a alternativa correta.
- (A) É suficiente para assegurar a eficiência na gestão administrativa.
 - (B) Trata-se de execução de atividade pelo Estado de forma indireta e mediata.
 - (C) Ocorre por meio da criação de entes da administração indireta.
 - (D) Trata-se de forma de repartição interna da competência atribuída a ente estatal.
 - (E) Somente ocorre na administração indireta, por meio de empresas públicas.
32. Os órgãos situados no alto da estrutura organizacional da Administração Pública, logo abaixo dos órgãos independentes, podem ser classificados como
- (A) autônomos.
 - (B) subalternos.
 - (C) superiores.
 - (D) subordinados.
 - (E) complexos.
33. A competência administrativa
- (A) poderá ser prorrogada por interesse das partes.
 - (B) decorre da lei e é por ela delimitada.
 - (C) não poderá ser avocada.
 - (D) é imprescritível, porém, renunciável.
 - (E) não é requisito do ato.
34. O ato administrativo
- (A) inválido é aquele anulável por vício de legitimidade.
 - (B) eficaz poderá ser extinto pelo desaparecimento do sujeito da relação jurídica.
 - (C) discricionário é insuscetível de exame pelo Poder Judiciário.
 - (D) ineficaz somente poderá ser extinto pelo instituto da recusa.
 - (E) perfeito será sempre vinculado.
35. No atual cenário brasileiro, na Administração Pública indireta, possuem personalidade jurídica de direito público:
- (A) Fundações.
 - (B) Sociedades de Economia Mista.
 - (C) Partidos Políticos.
 - (D) Organizações Religiosas.
 - (E) Associações Públicas.
36. Com relação ao contrato de Parceria Público-Privada, é correto afirmar que
- (A) a contraprestação da Administração Pública não poderá ser feita por cessão de créditos não tributários.
 - (B) a contraprestação da Administração Pública não poderá ser feita por ordem bancária.
 - (C) os contratos poderão prever adicionalmente a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.
 - (D) não será vedada, em razão de interesse público, a celebração que tenha por objeto único o fornecimento de mão de obra.
 - (E) se autoriza, em situações excepcionais, a celebração cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
37. Nos termos da Lei n.º 11.107/2005, o Consórcio Público
- (A) será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.
 - (B) não poderá firmar convênio nem receber subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
 - (C) não poderá constituir pessoa jurídica de direito privado, sendo seus objetivos determinados pelos entes da Federação que se consorciarem.
 - (D) não poderá constituir associação pública, mas se autoriza a emissão de documentos de cobrança e a arrecadação de tarifas.
 - (E) será constituído por meio de termo de cooperação, celebrado previamente ao contrato, contendo os objetivos de todos os cooperados.
38. Com relação ao Poder de Polícia, é correto afirmar que
- (A) constitui ato de polícia administrativa o que impõe restrição a servidor público (Ex.: trabalhar de uniforme).
 - (B) a atividade de polícia é vinculada.
 - (C) a atribuição de polícia não pode ser delegada.
 - (D) é competente o município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
 - (E) a polícia judiciária é essencialmente preventiva.

39. Com relação ao uso de bens públicos, é correto afirmar que
- (A) a permissão de uso decorrerá de contrato estando sempre sujeita à prévia licitação.
 - (B) tanto a concessão como a autorização de uso deverão ser deferidas com prazo determinado, visando evitar direito à indenização.
 - (C) a autorização de uso, sem prazo determinado, apresenta natureza precária, podendo ser revogada a qualquer tempo, gerando, porém, direito à indenização.
 - (D) o aforamento é instituto disciplinado pelo direito civil, que prevê o direito de preferência do senhorio direto, em caso de alienação de domínio.
 - (E) a concessão de uso gera direitos ao concessionário, inclusive à indenização pelos investimentos realizados e não amortizados.
40. A servidão administrativa
- (A) constitui-se em ônus real de uso que não poderá ser imposto à propriedade pública.
 - (B) terá, obrigatoriamente, o valor de sua indenização fixado em acordo administrativo.
 - (C) somente poderá ser instituída por meio de lei.
 - (D) não transfere o domínio ou a posse, gerando obrigatoriamente direito à indenização.
 - (E) é instituída para satisfazer um fim de interesse público.
41. Nos termos da Lei n.º 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a alternativa correta.
- (A) Não poderá o interessado desistir parcialmente do pedido formulado, somente estando autorizado a renunciar integralmente ao processo.
 - (B) Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.
 - (C) O Ministério Público é considerado parte legítima para iniciar o processo, quando a vítima não pode prover as despesas legais.
 - (D) O processo administrativo somente poderá iniciar a pedido do interessado ou por iniciativa do Ministério Público.
 - (E) O interessado poderá, mediante manifestação escrita ou verbal, renunciar a direitos disponíveis.
42. Com relação à desapropriação por utilidade pública, é correto afirmar que
- (A) tem por objetivo atender a situações anormais que se apresentam ao Estado, porém obriga a indenização em dinheiro.
 - (B) somente poderá ocorrer para a defesa do território nacional, segurança pública e salubridade pública.
 - (C) ocorre quando a utilização da propriedade é conveniente e vantajosa ao interesse público, mas não constitui um imperativo irremovível.
 - (D) a indenização deverá ser justa e prévia, podendo ser realizada em dinheiro ou títulos da dívida pública.
 - (E) poderá ser imposta pelo Estado para um melhor aproveitamento da terra rural ou para prestigiar certas camadas sociais.
43. A anulação do ato administrativo
- (A) opera efeitos *ex nunc*.
 - (B) somente poderá ser declarada pelo Poder Judiciário.
 - (C) impede que o ato seja novamente editado.
 - (D) poderá ser ordenada pela Administração Pública.
 - (E) pressupõe o descumprimento de obrigação fixada no ato.
44. No procedimento licitatório,
- (A) o julgamento ocorre antes da classificação das propostas.
 - (B) a concorrência não é um tipo de licitação.
 - (C) a homologação ocorre depois da adjudicação.
 - (D) o Pregão é considerado um tipo de licitação.
 - (E) a habilitação é ato discricionário.
45. A licitação é dispensável na seguinte hipótese:
- (A) para a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
 - (B) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
 - (C) venda a outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de governo.
 - (D) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis de uso comercial.
 - (E) dação em pagamento.

46. O controle externo da Administração Pública
- poderá adentrar a análise de conveniência e oportunidade do ato.
 - é vedado ao Ministério Público.
 - somente poderá ser efetuado pelo Poder Judiciário.
 - poderá implicar em supressão da separação de Poderes.
 - não é uma decorrência da titularidade da competência administrativa.
47. A desapropriação por zona
- é inconstitucional, por ferir o direito de propriedade.
 - é válida, porém deverá limitar-se à área necessária a obra ou serviço.
 - obriga à retrocessão, porque o ato expropriatório determina, desde logo, a abrangência da área.
 - poderá abranger outras áreas contíguas visando impedir que proprietários lindeiros se apropriem indevidamente da valorização.
 - será sempre inválida, em razão da não individualização do bem expropriado.
48. Nos termos da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal),
- é proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.
 - concessão de garantia é a emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
 - não será anulado o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.
 - a existência de dotação específica não é considerada exigência para a realização de transferência voluntária.
 - não será incluída na dívida pública consolidada da União a dívida relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.
49. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, compete ao Tribunal Pleno
- em matéria administrativa, julgar reclamações contra a lista de antiguidade dos desembargadores.
 - pedir intervenção da União no Estado ou deste nos municípios, nos termos das Constituições Federal e do Estado de São Paulo.
 - eleger o Diretor, o Vice-Diretor e os integrantes do Conselho Consultivo e de Programas da Escola Paulista da Magistratura.
 - processar e julgar, originariamente, os conflitos de competência entre órgãos do Tribunal pertencentes a Seções diversas.
 - processar e julgar, originariamente, as exceções de suspeição e impedimento opostas a desembargador.
50. Nos termos da Lei n.º 8.429/92, Lei de Improbidade, constitui ato de improbidade administrativa que atenta **contra os princípios da Administração Pública** qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições e, notadamente,
- permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
 - revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.
 - perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
 - usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial de órgãos da Administração Pública Direta.
 - celebrar contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
- DIREITO CONSTITUCIONAL**
51. Considerando a doutrina do direito constitucional prevalente a respeito das classificações das constituições, tendo em vista seus variados aspectos, assinale a alternativa que apresenta classificações corretas referentes à Constituição Federal brasileira vigente.
- Constituição rígida e ideológica.
 - Constituição analítica e formal.
 - Constituição garantia e histórica.
 - Constituição finalística e substancial.
 - Constituição dualista e super-rígida.
52. Analise os seguintes dispositivos constitucionais:
- O casamento é civil e gratuita a celebração.
 - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura (...).
- Conforme a doutrina clássica, que trata da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais no direito brasileiro, é correto afirmar que as disposições elencadas são, respectivamente, normas de eficácia
- plena, limitada e limitada.
 - contida, contida e limitada.
 - plena, contida e limitada.
 - limitada, contida e contida.
 - limitada, limitada e contida.

53. Considerando o processo legislativo pátrio, assinale a alternativa correta a respeito das leis complementares.
- (A) É vedada a delegação legislativa de matéria reservada à lei complementar, mas não há impedimento que essa mesma matéria seja objeto de medida provisória.
 - (B) Exigem *quorum* de maioria absoluta de ambas as Casas Legislativas para sua aprovação, mas dispensam a sanção do Chefe do Executivo, uma vez que são promulgadas pelo Poder Legislativo.
 - (C) A Constituição autoriza, com base no princípio do Estado democrático de Direito, que qualquer matéria seja objeto de iniciativa popular de lei complementar.
 - (D) Sua função precípua é de complementariedade, não tendo por escopo interpretar a Constituição ou qualquer de suas normas.
 - (E) Projeto de lei complementar da iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores deve ser apresentado, primeiramente, perante o Senado Federal.
54. No que tange ao controle de constitucionalidade no direito brasileiro, a pertinência temática é pressuposto da legitimidade ativa para a propositura das ações em controle concentrado de constitucionalidade, sendo, conseqüentemente, exigida para, entre outros, os seguintes legitimados:
- (A) Confederação Sindical e Mesa da Câmara Legislativa.
 - (B) Mesa da Assembleia Legislativa e Partidos políticos.
 - (C) Conselho Federal da OAB e Governador do Estado.
 - (D) Presidente da República e Mesa da Câmara dos Deputados.
 - (E) Mesa do Senado Federal e Entidade de classe de âmbito nacional.
55. Determinado Estado da Federação brasileira edita norma disciplinando o funcionamento de bingos dentro do seu território. Conforme o disposto na Constituição da República, é correto afirmar que essa norma é
- (A) constitucional, com base na repartição constitucional de competências que atribui competência legislativa privativa aos Estados, nesse caso.
 - (B) constitucional, com base na competência legislativa concorrente que permite aos Estados legislar sobre essa matéria quando não há lei federal sobre o mesmo tema.
 - (C) inconstitucional, tendo em vista que a competência para legislar sobre essa matéria pertence aos Municípios.
 - (D) constitucional, tendo em vista que é da competência plena dos Estados legislar sobre a matéria.
 - (E) inconstitucional, por pertencer à União a competência legislativa privativa sobre essa matéria.
56. Assinale a alternativa correta a respeito da inviolabilidade domiciliar.
- (A) Não ofende o princípio constitucional da inviolabilidade do domicílio o simples ingresso de funcionário de concessionária de serviço público, sem consulta ao morador, para coletar dados de leitura de hidrômetro em quintal de residência.
 - (B) O Supremo Tribunal Federal consagrou entendimento de que a Comissão Parlamentar de Inquérito, agindo por autoridade própria, tem legitimidade para expedir ordem judicial para invadir domicílio, desde que durante o dia.
 - (C) A Constituição Federal autoriza a prisão em flagrante como exceção à inviolabilidade domiciliar, prescindindo de mandado judicial, qualquer que seja sua natureza.
 - (D) O sigilo profissional, constitucionalmente garantido, afasta a possibilidade de cumprimento de mandado de busca e apreensão em escritório de advocacia.
 - (E) A proteção do domicílio tem amplo espectro, abrangendo, inclusive, o local onde a pessoa exerce sua profissão, mas não inclui local habitado de forma temporária, como por exemplo, quarto de hotel.
57. Conforme dispõe a vigente Carta Magna brasileira, a prática do racismo constitui, nos termos da lei, crime
- (A) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão.
 - (B) inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão.
 - (C) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de detenção.
 - (D) inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão.
 - (E) inafiançável, imprescritível, insuscetível de graça ou anistia, sujeito à pena de reclusão e vedada a progressão de regime.
58. Sobre o mandado de segurança, é correto afirmar que
- (A) se consideram atos de autoridade, para fins do mandado de segurança, os praticados por representantes ou órgãos de partidos políticos e administradores de autarquias.
 - (B) será sempre processado e julgado como ação civil, no juízo competente, exceto quando impetrado contra ato de juiz criminal, praticado em processo penal.
 - (C) os atos praticados por parlamentares no processo legislativo que ofendam prerrogativas constitucionais de deputados ou senadores não são atacáveis por mandado de segurança.
 - (D) é cabível, em regra, o mandado de segurança contra atos normativos, contra coisa julgada e contra os atos *interna corporis* de órgãos colegiados.
 - (E) o atual entendimento no direito brasileiro é no sentido de que não cabe o mandado de segurança contra ato disciplinar.

59. Assinale a alternativa correta a respeito da ação popular.

- (A) São todos requisitos indispensáveis para o seu devido ajuizamento: condição de eleitor do autor, pessoa jurídica de direito público no polo passivo, ilegalidade ou ilegitimidade do ato atacado e sua lesividade.
- (B) A ação popular ajuizada contra o Presidente da República será processada e julgada perante a justiça de primeira instância.
- (C) O direito de propor a ação popular prescreve em dez anos, contados da data da ciência do ato lesivo.
- (D) O objeto de proteção da ação popular é o patrimônio público material, não se prestando a proteger bens incorpóreos.
- (E) A pessoa jurídica de direito público, demandada na ação, não pode encampar o pedido do autor, confessando tacitamente a ação.

60. Considerando o regime constitucional da propriedade, é correto afirmar que

- (A) o texto constitucional estabelece o caráter pessoal da pena, incluindo a obrigação de reparar o dano, que não pode passar da pessoa do condenado.
- (B) a Constituição Federal protege os direitos morais e materiais do autor, considerando-os inalienáveis.
- (C) as glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas, sem qualquer indenização ao proprietário.
- (D) a desapropriação para fins de reforma agrária, de imóvel rural que não cumpre sua função social, compete à União, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- (E) a Constituição Federal prevê o usucapião de imóvel urbano, de até 250 metros quadrados, ocupado por no mínimo quinze anos, desde que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel.

61. São privativos de brasileiro nato, entre outros, os cargos

- (A) de Deputado Federal e de Vice-Presidente da República.
- (B) de Presidente da República e de Senador.
- (C) da carreira diplomática e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- (D) de Deputado Estadual e de Ministro de Estado da Defesa.
- (E) da carreira diplomática e de Procurador-Geral da República.

62. Considere as seguintes pessoas, suas respectivas condições e pretensões políticas:

- I. João da Silva, brasileiro nato, 20 anos de idade, quer candidatar-se ao cargo de Vereador.
- II. Maria Patriota, brasileira naturalizada, 29 anos de idade, pretende candidatar-se ao cargo de Deputado Federal.
- III. Pedro da Mata, 17 anos de idade, brasileiro naturalizado, residente e domiciliado no Brasil, conscrito, quer alistar-se como eleitor.

Com base nessas informações, considerando que nenhum outro impedimento existe para os casos descritos, e considerando, ainda, o disposto na Constituição Federal sobre direitos políticos, é correto afirmar que

- (A) João da Silva poderá candidatar-se ao cargo de Vereador, enquanto Maria Patriota não, por ser naturalizada, e Pedro da Mata apresenta dois impedimentos constitucionais à sua pretensão: o fato de ser naturalizado e de ser conscrito.
- (B) Todos eles estão aptos a suas pretensões políticas, visto que nenhum deles apresenta qualquer impedimento constitucional.
- (C) João da Silva está apto a candidatar-se ao cargo pretendido, mas Maria Patriota não possui a idade mínima exigida para o cargo, e Pedro da Mata está impedido de alistar-se como eleitor por ser conscrito.
- (D) João da Silva não pode se candidatar a Vereador, em razão de não possuir a idade mínima como condição de elegibilidade, e o mesmo ocorre com Maria Patriota, que também não possui a idade mínima para candidatar-se a Deputada Federal, enquanto nada impede que Pedro da Mata possa alistar-se como eleitor.
- (E) João da Silva e Maria Patriota poderão regularmente candidatar-se aos respectivos cargos políticos, mas Pedro da Mata não poderá alistar-se como eleitor por ser conscrito.

63. Conforme rege a repartição constitucional de competências entre os entes federativos, legislar sobre trânsito e sobre direito penitenciário são, respectivamente, competências

- (A) suplementar dos Municípios e privativa da União.
- (B) concorrente entre União, Estados e Distrito Federal, para ambas as matérias.
- (C) privativa da União e comum entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- (D) privativa da União e concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.
- (E) concorrente entre União, Estados e Distrito Federal e privativa da União.

64. Considerando o texto constitucional a respeito da matéria, é correto afirmar que os Deputados e Senadores
- (A) não poderão, desde a expedição do diploma, aceitar emprego remunerado em empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, exceto os de que sejam demissíveis *ad nutum*.
 - (B) serão, desde a expedição do diploma, submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) não poderão, desde a expedição do diploma, ser presos, ainda que em caso de flagrante de crime inafiançável, salvo em cumprimento de mandado judicial expedido por ordem do Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
 - (D) são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e nos limites da circunscrição do Estado.
 - (E) não perderão o mandato investidos no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária.
65. A Constituição da República estabelece que Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observado, entre outros princípios, o seguinte:
- (A) é vedada a delegação aos servidores do Judiciário a prática de quaisquer atos de administração nos tribunais e nos cartórios de primeira instância.
 - (B) não será promovido o juiz que, injustificadamente, reter autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.
 - (C) nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno.
 - (D) as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão secreta, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros.
 - (E) é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas ou quatro alternadas em lista de merecimento.
66. Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, mediante recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância, na seguinte hipótese:
- (A) quando a decisão recorrida contrariar tratado ou lei federal ou negar-lhes vigência.
 - (B) quando a decisão recorrida julgar válida lei local contestada em face de lei federal.
 - (C) o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
 - (D) quando houver conflitos de competência entre quaisquer tribunais.
 - (E) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.
67. Sobre a súmula vinculante é correto afirmar:
- (A) terá por objetivo a interpretação de normas, acerca das quais haja controvérsia entre órgãos da administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.
 - (B) exige, para a sua aprovação, decisão por maioria absoluta dos membros do Supremo Tribunal Federal.
 - (C) podem ser aprovadas, revistas ou canceladas por provocação do Presidente da República.
 - (D) a sua aprovação poderá ser provocada, entre outros legitimados, por qualquer partido político.
 - (E) do ato administrativo que contrariar a súmula aplicável caberá recurso ordinário ao Supremo Tribunal Federal.
68. Na composição do Conselho Nacional de Justiça, deverá haver, entre outros integrantes, um Desembargador de Tribunal de Justiça e um juiz estadual, que serão indicados:
- (A) ambos pelo Supremo Tribunal Federal.
 - (B) o primeiro, pelo Senado Federal e o segundo, pela Câmara dos Deputados.
 - (C) ambos pelo próprio Tribunal de Justiça.
 - (D) ambos pelo Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) o primeiro, pelo Supremo Tribunal Federal e, o segundo, pelo próprio Tribunal de Justiça.
69. Assinale a alternativa correta sobre a advocacia pública.
- (A) A instituição que, diretamente ou por meio de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, é a Procuradoria-Geral da República.
 - (B) As atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo cabem à Defensoria Pública da União.
 - (C) Aos procuradores dos Estados é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante o Conselho Nacional do Ministério Público.
 - (D) Competem aos Procuradores do Estado e do Distrito Federal a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
 - (E) O Advogado-Geral da União será nomeado pelo Presidente da República dentre membros da carreira, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
70. No tocante às disposições constitucionais relativas à política urbana, é correto afirmar que
- (A) os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião, exceto quando a possuidora for outra entidade federativa.
 - (B) são isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma urbana por interesse social.
 - (C) os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária receberão títulos de domínio ou de concessão de uso, inegociáveis pelo prazo de trinta anos.
 - (D) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas mediante o pagamento de títulos da dívida pública, resgatáveis em até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
 - (E) são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra e a propriedade produtiva.

DIREITO PENAL

71. O gerente de uma determinada agência bancária, após longa sessão de tortura psicológica infligida a ele pelos bandidos, fornece a chave para abertura do cofre da agência bancária. Sua conduta encontra guarida na excludente de
- (A) ilicitude denominada legítima defesa.
 - (B) ilicitude denominada obediência hierárquica.
 - (C) culpabilidade denominada *actio libera in causa*.
 - (D) ilicitude denominada coação física irresistível.
 - (E) culpabilidade denominada coação moral irresistível.
72. A respeito dos crimes contra a honra, insculpidos no Código Penal, assinale a alternativa correta.
- (A) Configura o crime de injúria imputar a alguém fato ofensivo à sua reputação.
 - (B) Configura o crime de calúnia imputar a alguém falsamente fato definido como crime.
 - (C) Configura o crime de difamação ofender a dignidade ou o decoro de alguém.
 - (D) A calúnia somente admite a exceção da verdade em caso de o ofendido ser funcionário público, em exercício de suas funções.
 - (E) A calúnia contra os mortos não é punível.
73. Nos termos da Lei n.º 7.716/1989, a qual versa sobre delitos de preconceito ou discriminação racial, pratica crime aquele que, em virtude de preconceito de raça, impede ou obsta
- (A) o acesso de alguém a restaurantes, bares, confeitarias ou locais semelhantes, ainda que não abertos ao público.
 - (B) o acesso de alguém aos veículos de transportes públicos e privados, como aviões, navios, barcos, ônibus, trens, metrô ou qualquer outro meio de transporte.
 - (C) o acesso ou recusa atendimento de alguém em estabelecimentos esportivos, casas de diversões ou clubes sociais, ainda que não abertos ao público.
 - (D) o casamento de alguém, por qualquer meio ou forma, excluindo-se outros modos de convivência familiar e social.
 - (E) o acesso de alguém às entradas sociais de edifícios públicos ou residenciais, bem como aos elevadores ou às escadas desses locais.
74. Nos termos da Lei n.º 9.613/1998, a qual versa sobre delitos de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, configura crime ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de
- (A) qualquer infração penal.
 - (B) terrorismo e de seu financiamento, somente.
 - (C) contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção, somente.
 - (D) crime praticado por organizações criminosas, somente.
 - (E) tráfico ilícito de substâncias entorpecentes ou drogas afins, somente.

75. A respeito do instituto da suspensão condicional do processo, é correto afirmar que

- (A) a suspensão não poderá ser revogada, ainda que o beneficiário venha a ser processado no curso do prazo por contravenção.
- (B) a prescrição correrá normalmente durante o prazo em que o processo estiver suspenso.
- (C) a suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime.
- (D) a suspensão será revogada no curso do prazo, em caso de o beneficiário deixar de efetuar a reparação do dano, ainda que por motivo justificado.
- (E) o Juiz não poderá acrescentar outras condições, além daquelas previstas em lei, ainda que adequadas ao fato e à situação pessoal do beneficiário.

DIREITO CIVIL

76. É correto afirmar que os bens públicos

- (A) são de uso gratuito, sendo vedada a cobrança pela sua utilização, ressalvada a possibilidade de contribuição espontânea.
- (B) dominicais podem ser utilizados por particular, com exclusividade, através da utilização de institutos típicos de direito privado.
- (C) dominicais estão sujeitos à usucapião, ao contrário dos bens de uso comum do povo e bens de uso especial.
- (D) dominicais são considerados bens fora de comércio, seguindo a regra da inalienabilidade dos bens públicos.
- (E) de uso especial podem ser penhorados, não se sujeitando à regra de impenhorabilidade que protege os bens de uso comum do povo.

77. Assinale a alternativa correta acerca das obrigações solidárias.

- (A) Impossibilitando-se a prestação por culpa de um dos devedores solidários, ficam todos exonerados da obrigação, respondendo o culpado por perdas e danos.
- (B) Falecendo um dos devedores solidários, em regra, os herdeiros ficam exonerados da dívida.
- (C) É vedado ao credor renunciar à solidariedade em benefício de apenas um dos devedores solidários.
- (D) O ajuizamento de ação, pelo credor, em face de um dos devedores, importa em renúncia à solidariedade passiva.
- (E) Havendo insolvente entre os devedores solidários, sua quota é igualmente dividida entre os demais devedores.

78. O patrimônio de Roberto é composto por um único imóvel no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Constam na matrícula 2 (dois) registros de hipoteca convencional, a primeira (e mais antiga) no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e a segunda no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Roberto possui dívida também com 2 (dois) credores que gozam de privilégio geral, cada uma no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Em processo judicial, o imóvel foi à hasta pública, arrecadando-se exatamente o valor do imóvel. Considerando este cenário, sob a ótica do Código Civil vigente, é possível afirmar que

- (A) os credores hipotecários serão integralmente satisfeitos e os credores com privilégio geral receberão R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada.
- (B) os credores com privilégio geral e o credor da hipoteca mais antiga serão integralmente satisfeitos, cabendo o saldo ao credor da hipoteca mais recente.
- (C) serão satisfeitos, em primeiro lugar, os credores com privilégio geral e o saldo apurado beneficiará ambos os credores hipotecários, por meio de rateio proporcional ao valor de seus créditos.
- (D) o crédito hipotecário se equipara ao crédito com privilégio geral, de forma que haverá rateio proporcional entre todos os credores.
- (E) os credores hipotecários serão integralmente satisfeitos, assim como o mais antigo credor com privilégio geral, suportando o credor remanescente prejuízo integral.

79. Assinale a alternativa correta acerca do direito de superfície, de acordo com o regime do Código Civil de 2002.

- (A) Em caso de direito de superfície constituído por pessoa jurídica de direito público interno, não se aplicam as disposições do Código Civil de 2002.
- (B) Trata-se de direito real que pode ser constituído por instrumento público ou particular, independentemente de registro no Cartório de Registro de Imóveis.
- (C) É vedada a transferência do direito de superfície a terceiros, ressalvados os direitos dos herdeiros do superficiário.
- (D) Podem as partes deliberar acerca das responsabilidades pelo pagamento dos tributos que incidem sobre a área.
- (E) Em caso de desapropriação, apenas o proprietário será indenizado pelo Poder Público, podendo o superficiário pleitear perdas e danos em face do proprietário.

80. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/90), havendo vício do produto, pode o consumidor exigir

- (A) a substituição do produto e a restituição da quantia paga, a título de perdas e danos.
- (B) que o fornecedor exerça sua opção legal de substituir o produto ou restituir imediatamente a quantia paga.
- (C) imediatamente após a constatação do vício, a substituição do produto por outro em perfeitas condições de uso.
- (D) a restituição da quantia paga, que poderá se dar em até 30 (trinta) dias do apontamento do vício ao fornecedor.
- (E) a restituição imediata da quantia paga, desde que decorridos 30 (trinta) dias sem que o vício fosse sanado.

81. O reexame necessário é cabível

- (A) nos casos de sentenças proferidas contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público, em qualquer causa, qualquer que seja o valor.
- (B) nos casos de sentenças proferidas a favor da União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e nos casos de sentença que julgar improcedente, no todo ou em parte, execução de dívida ativa da Fazenda Pública, desde que a causa verse valor acima de 30 (trinta) salários-mínimos.
- (C) nos casos de sentenças proferidas contra a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e as respectivas autarquias e fundações de direito público, e nos casos de sentença que julgar procedentes, no todo ou em parte, embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública, desde que a causa verse valor acima de 60 (sessenta) salários-mínimos.
- (D) nos casos de sentenças proferidas a favor da União, o Estado, o Distrito Federal, o Município, e nos casos de sentença que julgar improcedente, no todo ou em parte, execução de dívida ativa da Fazenda Pública, desde que a causa verse valor acima de 60 (sessenta) salários-mínimos.
- (E) nas ações de anulação de casamento e nas execuções fiscais julgadas improcedentes.

82. Assinale a alternativa correta acerca da ação rescisória.

- (A) O Ministério Público é dispensado do requisito de depositar 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa para ajuizamento da ação.
- (B) Não se admite a antecipação de tutela para impedir o cumprimento da decisão que se pretende rescindir.
- (C) A competência para rescindir acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça é do Supremo Tribunal Federal.
- (D) Não se admite rescisória para combater decisão proferida por juiz que era parente, em linha reta, de uma das partes do processo original.
- (E) Havendo necessidade de produzir prova testemunhal, a audiência de instrução será presidida pelo próprio relator do Tribunal ou da Corte Superior em que tramitar a ação.

- 83.** Conforme o Código de Processo Civil, o prazo para a apresentação de rol de testemunhas é
- (A) aquele que o juiz fixar, ao designar a data da audiência de instrução e julgamento, ou, se este não o fixar, será de 5 (cinco) dias úteis anteriores à data da audiência.
 - (B) de 10 (dez) dias úteis antes da data da audiência de instrução e julgamento, se o juiz não estabelecer prazo menor.
 - (C) de 30 (trinta) dias contínuos antes da audiência de instrução e julgamento, se foi esse o prazo fixado pelo juiz ao designá-la.
 - (D) de 10 (dez) dias contínuos antes da data da audiência de instrução e julgamento, sendo que o juiz não poderá estabelecer prazo diferente.
 - (E) aquele que o juiz fixar, ao designar a data da audiência de instrução e julgamento, ou, se este não o fixar, será de 5 (cinco) dias contínuos antes da data da audiência.
- 84.** Determinado acórdão reformou sentença de mérito, de modo que um dos capítulos da decisão foi objeto de julgamento por maioria de votos e outro foi objeto de decisão unânime. Nesse cenário, assinale a alternativa correta.
- (A) Cabem embargos infringentes, recurso extraordinário e recurso especial, os quais devem ser interpostos simultaneamente.
 - (B) Se não forem opostos embargos infringentes não será possível a interposição de recurso especial e recurso extraordinário.
 - (C) O prazo para interposição dos embargos infringentes se inicia quando transitar em julgado a decisão unânime.
 - (D) Os embargos infringentes são interpostos primeiro, sendo que o prazo para interposição de recurso extraordinário e recurso especial fica sobrestado até a intimação do acórdão dos embargos infringentes, quando então se inicia o prazo.
 - (E) Não cabem embargos infringentes, mas somente recurso extraordinário e recurso especial.
- 85.** Sobre o processamento das ações perante os juizados especiais cíveis, é correto afirmar que
- (A) a competência está limitada a 40 (quarenta) salários-mínimos, teto esse que não poderá ser excedido ainda que se trate de hipótese de solução de demanda por acordo.
 - (B) a oposição de embargos de declaração contra a sentença suspende o prazo para interposição de recurso inominado.
 - (C) em caso de títulos executivos extrajudiciais, o valor poderá ultrapassar 40 (quarenta) salários-mínimos.
 - (D) contra os acórdãos do colégio recursal não cabe recurso extraordinário, ainda que a parte esteja acompanhada de advogado.
 - (E) se admite, no processo, o litisconsórcio, a assistência e a intervenção fundada em contrato de seguro.
- 86.** No que tange às regras de competência, assinale a alternativa correta.
- (A) A reunião de ações, em decorrência da conexão ou continência, não pode ser ordenada de ofício pelo juiz.
 - (B) Nas ações de reparação de dano por acidente de veículos é competente o foro de domicílio do réu.
 - (C) A competência em razão do valor não admite modificação por convenção entre as partes.
 - (D) Em se tratando de ação versando sobre posse de bem imóvel, é competente o foro de domicílio do réu.
 - (E) Em se tratando de competência internacional concorrente, a ação ajuizada perante tribunal estrangeiro não obsta que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa.
- 87.** Assinale a afirmativa correta, sobre o processo eletrônico.
- (A) Os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até cinco anos após o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do processamento da ação rescisória.
 - (B) O mandado de segurança poderá ser impetrado pela via eletrônica, sendo que o texto original da petição deverá ser apresentado nos 15 (quinze) dias úteis seguintes.
 - (C) Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça Eletrônico sendo que considerar-se-á realizada a intimação no dia em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização, sendo que nos casos em que a consulta se dê em dia não útil, a intimação será considerada como realizada no primeiro dia útil seguinte.
 - (D) Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, serão considerados cópias autenticadas para todos os efeitos legais, sendo que em se tratando de cópia digital de título executivo extrajudicial ou outro documento relevante à instrução do processo, o juiz poderá determinar o seu depósito em cartório ou secretaria.
 - (E) Os extratos digitais e os documentos digitalizados e juntados aos autos pelos órgãos da Justiça e seus auxiliares, pelo Ministério Público e seus auxiliares, pelas procuradorias, pelas autoridades policiais, pelas repartições públicas em geral e por advogados públicos e privados não terão a mesma força probante dos originais, mas, sim, serão considerados cópias autênticas.
- 88.** No atual sistema, pode-se dizer que o comparecimento das partes na audiência preliminar do artigo 331 do Código de Processo Civil:
- (A) é facultativa, sendo que a única consequência advinda do não comparecimento é a frustração da conciliação.
 - (B) é ônus, sendo que o não comparecimento da parte que foi intimada para tanto gera confissão.
 - (C) não é facultativa nas hipóteses em que houve expressa manifestação de vontade, nos autos, de realizar acordo.
 - (D) é obrigatório, se não se tratar de hipótese de direitos indisponíveis ou qualquer outra impossibilidade de transação.
 - (E) é obrigatório, se as partes forem intimadas pessoalmente para o comparecimento.

89. Assinale a alternativa que contempla hipótese de cabimento da Reclamação Constitucional.

- (A) Contra julgado de Tribunal de Justiça do Estado que tenha contrariado o quanto decidido em um acórdão do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, que versou sobre o mesmo tema.
- (B) Garantia da preservação da autoridade da súmula vinculante.
- (C) Verificação da regularidade de atuação judicial relativamente aos expedientes ou serviços forenses.
- (D) Garantia da preservação de competência originária dos órgãos de segundo grau.
- (E) Contra ato de magistrado que, por erro ou abuso de poder, acarretar inversão tumultuária dos atos processuais.

90. Américo move ação reivindicatória de imóvel contra Bernardo, alegando que a propriedade lhe pertence. Bernardo contesta alegando que a propriedade é dele, já que possui, inclusive, título aquisitivo. Ocorre que, após a contestação, Bernardo, que também estava na posse do imóvel, resolve vendê-lo a Carlos, o qual estava ciente da existência da demanda. Este novo adquirente pretende intervir no feito. Assinale a alternativa que retrata o modo como tal intervenção se dará.

- (A) Caso Américo não concorde com a participação dele no polo passivo no lugar de Bernardo, Carlos poderá intervir no processo, como assistente litisconsorcial, independentemente da vontade do autor.
- (B) Não poderá requerer seja admitido no polo passivo no lugar de Bernardo nem ser admitido como assistente, caso Américo não concorde.
- (C) Caso Américo não concorde com a participação dele no polo passivo no lugar de Bernardo, Carlos poderá intervir no processo, como assistente simples, independentemente da vontade do autor.
- (D) Poderá requerer seja admitido no polo passivo no lugar de Bernardo, devendo o juiz admiti-lo, ainda que Américo não concorde.
- (E) Poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, Bernardo, mesmo que a parte contrária, Américo, não o consinta.

91. É correto afirmar, sobre o regime de previdência complementar no âmbito do Estado de São Paulo, que

- (A) é de caráter compulsório e aplica-se aos que ingressarem no serviço público estadual a partir da data da publicação da lei que o instituiu.
- (B) poderá também ser oferecido aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ainda que integrem outro regime da previdência pública de outro ente da federação.
- (C) não abrange os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- (D) a integração ao regime depende de adesão, mediante prévia e expressa opção do interessado no plano de benefícios instituído, nos termos da lei que rege a matéria.
- (E) não abrange os titulares de cargos vitalícios da Administração direta, suas autarquias e fundações.

92. Para os efeitos da Lei n.º 14.653/2011, do Estado de São Paulo, a opção oferecida aos participantes para alocação das suas reservas garantidoras em diferentes carteiras de investimentos, observadas as regras constantes no regulamento dos planos de benefícios previdenciários complementares, é de ser entendida como

- (A) multiplano.
- (B) multicontribuição.
- (C) multipatrocinada.
- (D) multiopção.
- (E) multiportfólio.

93. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, o reingresso no serviço público do funcionário em disponibilidade denomina-se

- (A) aproveitamento.
- (B) acesso.
- (C) readmissão.
- (D) readaptação.
- (E) reversão.

94. No Estado de São Paulo, o processo administrativo será instaurado por portaria, no prazo improrrogável de 8 (oito) dias do recebimento da determinação, e concluído no prazo, contado da citação do acusado de

- (A) 120 dias.
- (B) 30 dias.
- (C) 90 dias.
- (D) 180 dias.
- (E) 60 dias.

95. Assinale a alternativa correta acerca do que dispõe a lei do Estado de São Paulo a respeito das aposentadorias.
- (A) O funcionário público em disponibilidade, nos termos da referida lei, não poderá ser aposentado por invalidez.
 - (B) O provento da aposentadoria poderá ser superior ao vencimento ou remuneração e demais vantagens percebidas pelo funcionário, nas hipóteses taxativas previstas na lei.
 - (C) A aposentadoria compulsória será concedida ao servidor aos 65 anos e à servidora aos 60 anos de idade.
 - (D) A aposentadoria compulsória é automática, caso em que o funcionário se afastará no dia imediato em que atingir a idade limite, independentemente da publicação do ato declaratório da aposentadoria.
 - (E) Qualquer alteração do vencimento ou remuneração e vantagens percebidas pelo funcionário, em virtude de medida geral, não será extensiva ao provento do aposentado, que dependerá de reajuste a ser determinado pelo governo estadual.
96. Dentre as penas disciplinares previstas na Lei n.º 10.261/68 do Estado de São Paulo, ao funcionário público que exercer advocacia administrativa será aplicada a pena de
- (A) repreensão.
 - (B) demissão a bem do serviço público.
 - (C) suspensão.
 - (D) advertência.
 - (E) multa de 5 salários-mínimos.
97. “O conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário” corresponde à definição de
- (A) função pública.
 - (B) função pública ou emprego público.
 - (C) emprego público.
 - (D) cargo público.
 - (E) cargo público ou emprego público.
98. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração aplica-se
- (A) o regime geral de previdência social e subsidiariamente o regime próprio dos servidores públicos.
 - (B) o regime próprio dos servidores públicos e subsidiariamente o regime geral de previdência social.
 - (C) o regime que estiver determinado, para esses casos, na lei estatutária específica para o cargo que estiver ocupando.
 - (D) o regime de previdência próprio dos servidores públicos.
 - (E) o regime geral da previdência social.
99. É permitida a acumulação remunerada de cargos públicos, havendo compatibilidade de horários e observados os limites constitucionais para a remuneração e o subsídio, de
- (A) um cargo de professor com outro técnico ou científico.
 - (B) dois cargos científicos em qualquer área.
 - (C) dois cargos técnicos em qualquer área.
 - (D) dois cargos técnicos com um científico em qualquer área.
 - (E) três cargos de professor.
100. Acerca da sindicância, conforme disciplinada pela legislação do Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) deve estar concluída no prazo de 60 (sessenta) dias.
 - (B) os Diretores de Departamento e Divisão não têm competência para determinar sua instauração.
 - (C) substituirá o processo administrativo quando a falta disciplinar, por sua natureza, possa determinar a pena de demissão a bem do serviço público.
 - (D) os Chefes de Gabinete não têm competência para determinar sua instauração.
 - (E) a autoridade sindicante e cada acusado poderão arrolar até 5 (cinco) testemunhas.

